



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

QUAL É A COR DE MINHA PELE? REFLEXÕES E IMPACTOS DO PRECONCEITO ÉTNICO-RACIAL

Thayanne Guilherme Calixto; Thiago Guilherme Calixto; Afonso Barbosa de Lima Junior; Luísa Carolina de Sousa e Herculano; Marlene Helena de Oliveira França

Universidade Federal da Paraíba

thatygc@hotmail.com

thiagoguilhermecalixto@gmail.com

afonsoblj@gmail.com

luisasousa628@gmail.com

marlenecel@hotmail.com

1 Introdução

Transportados, torturados e reduzidos a mercadorias, negros e negras desembarcaram dos porões de navios¹ superlotados para compor a mão-de-obra escrava no Brasil colônia. Aqueles que sobreviviam as longas viagens, logo eram levados(as) ao comércio de escravos(as), onde eram vendidos(as), leiloados(as) e escravizados(as). Indubitavelmente, a exploração do(a) negro(a) no Brasil foi responsável pelo seu desenvolvimento econômico e geográfico.

A escravidão no Brasil, foi marcada pela exploração e dominação, definindo o “lugar” de cada indivíduo de acordo com a cor de sua pele, pautando-se na superioridade de uma raça sobre a outra, travando desigualdades sociais e raciais vivenciadas atualmente pelas pessoas negras. Considerando que o racismo no Brasil se dá em razão da cor da pele, do tipo de cabelo, das curvas do corpo, entre outros estereótipos criados para justificar a opressão e violência contra as pessoas negras, reconhece-se o período escravista como determinante na marginalização e estigmatização da pessoa negra no Brasil.

Como consequência desse contexto, presencia-se até os dias de hoje, casos recorrentes de preconceito racial, discriminação e violências contra pessoas negras, sendo considerada uma das causas da evasão escolar e baixa autoestima dos alunos. A história contada nas escolas durante um longo período, privilegia e romantiza a invasão, escamoteando a verdadeira exploração e dominação presentes no “descobrimento do Brasil”, transformando-se por isso, em inquietação e motivação investigar e refletir sobre os impactos do preconceito racial na escola, como também, perceber a importância da Lei 10.639/03 que resgata a história e cultura afro-brasileira e africana no Brasil, proporcionando os(as) alunos(as) conhecerem o lado oculto das histórias tradicionais, homogêneas e não representativas. Além disso, mostra-se importante para a reafirmação da identidade negra, dado que, segundo Souza (2005) no Brasil é costumeiro relacionar o “negro” a coisas ruins, negativas, e na forma como o racismo é expresso no cotidiano, dificilmente uma criança gostaria de ser visto assim, isto é, com efeito, uma das razões da negação da cor da pele, em que parece ser ~~mais fácil declarar-se “moreno(a)”~~ ou pardo(as) a declarar-se negro(a).

¹ Os navios de carga que transportavam em seus porões negros(as) para serem escravizados(as) passaram a ser conhecidos como: navios negreiros/navios tumbeiros.



2 Metodologia

O presente trabalho adota como procedimento metodológico, o levantamento bibliográfico acerca do período da escravidão no Brasil, especificamente na chegada dos negros(as), e os principais efeitos da escravidão nos processos de ensino e aprendizagem das escolas. Além da revisão bibliográfica, utilizou-se no processo de coleta de dados, de um questionário semi-estruturado contendo 3 questões sobre racismo e ensino de História e Cultura Afro-brasileira, o qual foi aplicado junto a 13 alunos(as) entre 10 e 12 anos de idade, do 5º ano do Ensino Fundamental da Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Manoel Alves de Araújo, no município de Pilar - PB.

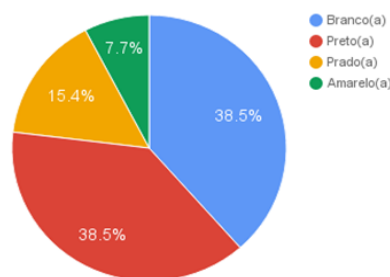
A escolha por esse tipo de instrumento está ancorada no entendimento de Marconi; Lakatos (2012) que, consiste em uma sequência de perguntas respondidas sem a participação ou interferência do pesquisador. Por fim, fez-se um diálogo acerca do preconceito racial enraizado na nossa sociedade e como a Lei 10.639/03 pode contribuir na valorização e resgate da História e da cultura afro-brasileira, quebrando os preconceitos raciais, sociais e culturais direcionados a população negra, consolidados historicamente.

3 Resultado e discussão

A análise dos dados apoia-se na discussão acerca da cor da pele, utilizando como base teórico-metodológica o conceito de raça na visão dos estudantes da Educação básica, além da compreensão deles sobre racismo e como eles percebem isso no cotidiano e nas práticas pedagógicas. Para isso, utilizou-se de leituras acerca da escravidão no Brasil, buscando compreender como o processo de descoberta e exploração, especificamente, tratando-se dos negros(as) escravizados(as), reflete na vida da população negra do país.

Como apresenta o gráfico a seguir, verificou-se que, 38% dos alunos(as) participantes da pesquisa se reconhecem Branco(a), assim como, 38% se reconhecem Preto(a), enquanto 15,4% dos alunos se autodeclararam Pardo(a) e 7,7% Amarelo(a), não havendo autodeclaração Indígena ou Outro(a).

Gráfico 1: Autodeclaração:





III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Nos questionários entregues, identificou-se que uma aluna marcou a cor preta, e logo após, selecionou a branca. Atitude semelhante teve outro aluno que, primeiro marcou a cor preta, para em seguida, marcar a cor parda. Como afirma Sousa (2005, p. 109).

Ser reconhecido ou reconhecer alguém como negro soa, muitas vezes, como coisa negativa ou insulto, por ser associado a condição inferior. Ao passo que terminologias consideradas mais amenas como moreno, pardo, bronzeado ou algo semelhante conferem, no imaginário social, uma posição mais aceitável para o sujeito.

A análise das respostas obtidas mediante a aplicação do questionário comprova o que no senso comum já se tornou uma prática reiterada, isto é, o receio das pessoas se autodeclararem negras, assim como, buscar entre outras definições, como no exemplo acima, a negação da própria cor e, no caso das crianças, essa também acaba sendo uma alternativa muito usual, numa tentativa desesperada de serem aceitos pelos colegas.

Em relação a essa questão, ao buscar definições para as cores: branco e preto, Sousa (2005) utilizou-se do Dicionário Aurélio, um dos mais populares; neste, a definição significa “Branco: “Diz-se do indivíduo da raça branca. Sem mácula, inocente, puro, cândido, ingênuo: alma branca [...] Negro: “Diz-se do indivíduo da raça negra; sujo, encardido, maldito, perverso, escravo”. Esses significados só reforçam as definições, por vezes veladas, outras escancaradas, que comumente encontramos nos livros, nas novelas, nos filmes ou canais de transmissões, as quais retratam o negro/a como símbolo de pobreza, miséria, marginalização, violência e mazelas sociais, assim o é também para crianças, que não tem representatividade nos contos infantis, heróis e princesas, desenhos, brinquedos, material escolar, moda infantil, e quando vistos, sempre em posição inferior.

De volta à coleta de dados, os (as) alunos (as) quando questionados sobre “O que é racismo”? definiram em sua maioria, através de “xingamentos”, supostamente, vivenciados por eles no cotidiano. Alguns exemplos das respostas estão representados a seguir na Tabela 1²:

A1	“Racismo é a quela pessoa que apelida as preto”
A2	“Chama ais pessoas macaco preto e dente de burro ou ureia de abano”
A3	“Chama de macaco”
A4	“Raiva”
A5	“O racismo é um preconceito que os negros sofrem”

Fonte: Respostas obtidas a partir da aplicação de um questionário (julho/2016).

À vista disso, nota-se como eles empregaram a palavra racismo a apelidos e xingamentos que, logo, referiam-se aos aspectos físicos das pessoas negras, sobretudo em razão de o racismo no Brasil ter passado por processos linguísticos e de significação, capaz de interferir na construção da identidade, principalmente, em razão das atribuições pejorativas e preconceituosas contra pessoas negras, apresentadas acima nas definições de Racismo das crianças. A identidade negra é compreendida, segundo Gomes (2005, p. 43) como “uma construção social, histórica, cultural e

² Importante destacar que a forma escrita de cada aluno participante foi preservada.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

plural”, logo, construir essa identidade num país em que, uma das maiores formas de reafirmação do preconceito, se dá através da negação do mesmo, torna-se um desafio, ainda mais, quando se tem um modelo padrão de aceitabilidade social.

Ao serem questionados(as) sobre presenciar cenas de preconceito racial, das 13 crianças, 10 (76,9%) responderam NÃO, isto é, afirmaram que nunca presenciaram cena de preconceito, enquanto, 3 (23,1%) crianças disseram que SIM. Um deles relatou: “Sim, já aconteceu com uma amiga minha, chamaram ela de macaca preta”. Diante disso, é notório o que, ao mesmo tempo em que essas crianças compreendem racismo como uma forma de agressão linguística, por outro lado, não o reconhece no dia-a-dia como preconceito. Diante desta constatação, somos levados a supor que talvez esse aspecto esteja vinculado à falsa ideia de que no Brasil não existe preconceito, ou, tornou-se comum utilizar-se de pejorativos preconceituosos no interior das salas de aulas como forma de “brincadeiras”, piadas ou apelidos.

Diante disso, a educação formal apresenta-se como necessária e responsável por desconstruir as produções e contações de histórias que se consolidaram no interior das escolas brasileiras e nas práticas pedagógicas, em que, os processos sociais pelas quais passou o país são representadas por figuras brancas, heróis, descobridores, portugueses, e realeza, ao mesmo tempo, em que negros, mulheres, indígenas foram/são invisibilizados e submetidos a processos de exclusão sistemática nas escolas, exceto, em datas comemorativas anuais. Fato este, que esteve em pauta na luta do Movimento Negro no país. Em janeiro de 2003, o então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, alterou a Lei 9.394/96, incluindo a obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Afro-brasileira em todas as instituições de ensino, público e privado, através da Lei 10.639/03. A referida lei representou um ganho significativo nas lutas do movimento negro, embora, após 13 anos ainda há dificuldades no cumprimento desta, entende-se que, muitas barreiras precisam ser superadas para que a Lei 10.639/03 possa, de fato, contribuir na reafirmação da identidade e valorização da cultura afro-brasileira, minimizando, assim, o preconceito, por vezes, expresso em forma de violência na escola.

4 Conclusão

Apoiando-se na análise dos dados e recorte histórico feito acerca do período escravocrata no Brasil, de imediato percebeu-se os efeitos nas relações, ou melhor, exclusões sociais, distinguindo o lugar ocupado socialmente, politicamente, econômica e culturalmente pela população negra no país, visto que, a consolidação da classe dominante no poder, com o fim da escravidão, foi construída apoiando-se na ideia de raça superior e inferior, travando preconceitos reproduzidos até os dias atuais.

A negação da raça negra é resultado também desse processo histórico, reproduzido consciente ou inconscientemente pelas pessoas, visto que, o modelo aceito é branco. Na análise dos dados, observou-se que, a forma como o preconceito é expresso atualmente se dá, de fato, na imagem, na cor da pele. Noutra direção, constatou-se que os(as) alunos(as) entrevistados(as) compreendem o racismo através das palavras ofensivas, dado que, a cor preta, no processo de significação está associada a coisas ruins, coisas negativas, como traduzidas nos dicionários. Assim,



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

é visto como um insulto reconhecer-se negro, reafirmar-se enquanto um sujeito que faz parte da raça negra.

Com base neste estudo, constatou-se que, a cor da pele como mecanismo de reafirmação de superioridade de uma raça sobre a outra, resultou numa sociedade extremamente discriminatória, desigual, preconceituosa e silenciadora. Enquanto nos espaços educacionais, reflete na baixa autoestima de alunos(as) negros(as), no isolamento, no aumento no índice de evasão, transferência e desistência escolar. Por isso, entende-se a discussão em torno do preconceito étnico-racial importante nos espaços escolares e de produção acadêmica, pois estes, são responsáveis e capazes de resgatar a história, cultura e valorização da população Afro-brasileira.

5 Referências

ALBUQUERQUE, Wlamyr R. de; FILHO, Walter F. **Uma história do negro no Brasil**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006. 320 p.

BRASIL. Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996 – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Conselho Escolar e Direitos Humanos. Brasília – DF, Presidência da República: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2008.

SANTOS, Sales Augusto. **A Lei nº 10.639/03 como fruto da luta anti-racista do movimento negro**. Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação. 2005.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil**: uma breve discussão. Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal. V. 10639. N. 03. 2005

SOUSA, F. M. N. **Linguagens escolares e reprodução do preconceito**. Educação anti racista: caminhos abertos pela Lei Federal 10.639/03, Brasília - DF, v. 1, p. 105-120, 2005.